

Juliana Pegoraro Kus ¹
Rosângela Maria da Silva Petuba ²

INTRODUÇÃO

Palavras - chave:
Urbanização; Normatização;
Planta Arquitetônica; Ponta
Grossa.

Resumo: No início do século XX a cidade de Ponta Grossa foi palco de um desenvolvimento comercial considerável. Neste contexto, as autoridades municipais ansiavam por medidas de urbanização e higienização, principalmente para a área central da cidade, seguindo tendências de modernização que estavam em voga no início da era republicana do Brasil. Nas plantas arquitetônicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa a partir do ano de 1915, disponíveis para pesquisa na Casa da Memória Paraná, percebe-se a alteração da entrada principal das residências, antes construída diretamente na rua. Dialogando com o Código de Posturas municipais e atas da Câmara de Vereadores, o principal intuito deste projeto é analisar como as plantas arquitetônicas podem elucidar fatores que levaram à mudança na entrada da maioria das plantas residenciais, considerando o processo de urbanização de Ponta Grossa, a adequação ao “modelo de cidade moderna” e elementos relativos à normatização do espaço central urbano.

O presente trabalho é uma revisão do projeto que está sendo desenvolvido no decorrer dos anos de 2013 e 2014 no Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com área de concentração em História, Cultura e Identidades, especificamente na linha de pesquisa Instituições e Sujeitos: Saberes e Práticas. Ainda não serão apresentados resultados obtidos, pois o projeto está em andamento.

No âmbito da História Urbana, o fator definidor entre espaço público e espaço privado nas cidades não é fixo. Essa diferenciação geralmente ocorre como consequência da finalidade da construção, ou seja, o que é construído pensando-se que será público efetivamente torna-se público. Porém, o que caracteriza a utilidade dos espaços é a apropriação que as pessoas fazem dele, configurando assim a conformação da cidade de diferentes formas. Ou seja, é a experiência dos cidadãos como utilizadores dos espaços que vai de fato definir seu uso.

A partir do uso de conceitos como público e privado, construídos historicamente, é possível analisar a mudança na apropriação do espaço imediatamente em frente à casa. O estudo desta prática é relevante para entender como a transformação na forma de se perceber o espaço reflete características que hoje são consideradas habituais, como, por exemplo, a construção de casas com recuo no terreno de alguns metros em relação ao alinhamento da rua.

O estilo arquitetônico mais comum no Brasil durante a época colonial é o lusitano, pois refletia as formas de construção da metrópole. As casas eram construídas com a porta de entrada principal direto na rua, sendo que a única separação entre o espaço interior da casa e o espaço de passagem de pessoas da rua era a porta. Em algumas plantas arquitetônicas de Ponta Grossa, no início do século XX isto ainda é perceptível. Porém, no decorrer

¹ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bacharel em História também pela UEPG (2011). Email: julianapegorarokus@yahoo.com.br

² Orientadora. Doutora em História Cultural pela UFSC. Professora do Depto. de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – UEPG.

dos anos, as plantas demonstram que esta prática foi gradualmente sendo substituída por uma separação espacial entre o interior da residência e a rua. No final da década de 1920, quase todas as plantas possuem uma varanda frontal, um recuo entre o limite do terreno e a residência ou então possuem a porta de entrada na parte lateral do imóvel, caracterizando que o espaço privado do interior da casa estava sendo separado por um espaço vazio entre sua porta de entrada e o espaço público da rua.

Diante diversas possibilidades de fatores que podem ter influenciado esta mudança, este trabalho se detém em alguns pontos significativos, como a influência do Código de Posturas municipais, que normatizava as formas de construção no perímetro urbano. Responsável pela criação e aprovação das leis que formavam o Código, a Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa era uma instituição que detinha grande autoridade no âmbito urbano. Por isso, através de suas Atas, também será objeto de análise neste projeto, pois o processo de criação do Código de Posturas passava obrigatoriamente por seus ditames.

Desenvolvimento

As transformações tecnológicas do final do século XIX e as inúmeras transformações sociais, incluindo a mudança no modo de perceber a cidade, caracterizaram uma época que Nicolau Sevcenko (1998) denomina de Revolução Científico-Tecnológica, dadas as proporções das mudanças que a sociedade estava protagonizando e presenciando. A invenção de novos potenciais energéticos possibilitou o desenvolvimento e a especialização de diversas técnicas que, uma vez incluídas no cotidiano das cidades, não deixaram mais de fazer parte dele. A aceleração da produção fabril, as descobertas na área da

saúde, as invenções de meios de transporte mais velozes que os anteriormente utilizados etc. caracterizam este período como uma época de mudanças rápidas na sociedade. Sevcenko considera, também, que desde a metade do século XIX o mercado capitalista estava se expandindo, criando a necessidade de estabelecer novos mercados consumidores e novos fornecedores de matéria-prima para movimentar o crescente complexo industrial. O espaço urbano passou a ser ainda mais priorizado pelo seu valor mercadológico.

Nos países onde as inovações científico-tecnológicas foram implantadas de modo mais rápido, muitas cidades cresceram desordenadamente. Isto porque as fábricas se multiplicaram e atraíram cada vez mais trabalhadores, intensificando o fluxo migratório campo-cidade. Assim, foram surgindo grandes centros urbanos que raramente contavam com planejamento urbano: as antigas ruas medievais amontoavam cada vez mais moradores e os bairros surgiam de forma desordenada junto às fábricas nas periferias (FOLLIS, 20004, p. 21). A falta de saneamento básico e as precárias condições de circulação do ar causavam epidemias de tifo e tuberculose, por exemplo, contrariando os ideais de ciência, razão e progresso em voga, particularmente em relação ao higienismo.

Neste ínterim, as autoridades de várias cidades resolveram, então, intervir na organização do espaço através da efetivação de planejamentos urbanos. Esta não é uma novidade do século XIX, pois desde o século XVII podem ser identificadas iniciativas de planejar e calcular a ocupação da cidade, pautando-se em princípios de racionalidade que viam a cidade como algo possível de funcionar organizada e mecanicamente (ROLNIK, 1995, p. 55-58).

Em Paris, o Barão Georges Eugène Haussmann planejou uma reforma que foi realizada entre 1853 e 1869, derrubando proces-

sualmente a antiga cidade para a abertura de um novo sistema viário com avenidas largas, para melhorar o trânsito e diminuir os perigos provenientes de ruas sinuosas e escuras (FOLLIS, 2004, p. 25). Foram priorizadas a circulação de ar, penetração de luz e a rede de esgotos, o que demonstra o forte objetivo higienizador da reforma parisiense. Com todo este esforço para modernizar a capital francesa, as antigas habitações populares, vistas como foco de epidemias, foram derrubadas e, consequentemente, os moradores foram impelidos para o subúrbio.

Estes ideais de modernidade que permeavam a reforma da capital francesa repercutiram em diversas partes do mundo além Europa. Inclusive no Brasil, quando em 1889 membros da elite projetaram a Proclamação da República e delinearam as primeiras ações idealizando a industrialização e a modernização do país (SEVCENKO, 1998, p. 15). Havia, ainda, projetos para definir a identidade brasileira para legitimar a existência como Estado independente. Os ideais republicanos eram pautados nas teorias científicas vigentes na época, envolvendo o darwinismo social e o positivismo. Porém, os idealizadores dos planos republicanos se depararam com um país formado por inúmeras diferenças regionais, diversas etnias miscigenadas e uma capital com população majoritariamente pobre.

Desta divergência entre o que estava sendo planejado para a nação brasileira e o que foi encontrado em diversas regiões do país, surgiram embates tanto nos meios urbanos quanto nos rurais. Como exemplo desta diferença podemos citar alguns dos fatores que ajudaram a causar a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em novembro de 1904. As obras da reforma urbana haviam expulsado muitos moradores do centro da cidade, como acontecera em Paris. As alternativas encontradas pelos desalojados foram procurar terrenos nas encostas dos morros,

nos arredores da cidade, ou alugar quartos para famílias inteiras residirem. O descontentamento da população aumentou com a obrigatoriedade da vacina contra varíola, planejada pelo médico Oswaldo Cruz. Diante desta situação, os moradores se mobilizaram contra os governantes, que tiveram dificuldades para desmanchar o motim da população, dadas as proporções do movimento.

Apesar da revolta popular, a decisão de realizar uma reforma urbana no Rio de Janeiro a transformou no exemplo de cidade moderna no Brasil (FOLLIS, 2004, p. 30). Outras cidades brasileiras também realizaram reformas urbanas, como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. No caso desta última, os esforços para realização de obras para melhorias urbanas podem ser percebidos na gestão do prefeito Cândido Ferreira de Abreu, que governou de 1913 a 1916 (BOLETIM, 2009, p. 62). Os principais objetivos eram pavimentação de ruas e ajardinamento de praças, além da destruição das antigas construções coloniais no centro para a construção de novos prédios em que a arquitetura destacava-se pelos traços de modernidade.

Distante de Curitiba cerca de 120 quilômetros, a cidade de Ponta Grossa constituía um importante centro urbano no início do século XX. Nesta época, um considerável processo de desenvolvimento econômico e comercial estava em desenvolvimento na cidade, tornando o núcleo urbano da cidade notável na região dos Campos Gerais do Paraná (CHAVES, 2001). Movimentos migratórios provenientes de diversos países, principalmente europeus, chegaram a Ponta Grossa, juntamente com os trabalhadores atraídos pelos novos empregos oferecidos pela empresa que administrava as ferrovias que há poucos anos haviam se instalado na cidade. Dessa forma, a população urbana cresceu consideravelmente.

Segundo Rosangela Maria Silva Petuba

(2011, p. 133), na segunda década do século XX o prefeito de Ponta Grossa considerava as implicações que o intenso desenvolvimento dos últimos anos havia trazido à cidade, buscando ações condizentes com os processos de urbanização de outras cidades da época. Em 1914, a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovou um Código de Posturas com dezenas de regulamentos para organizar a cidade da forma que achava mais conveniente. Redigido pelo secretário Manoel Cyrillo Ferreira e assinado pelo prefeito Theodoro Batista Rosas, este conjunto de leis aumentava consideravelmente a lista de determinações que deveriam ser cumpridas na cidade, se comparado ao Código que estava em vigor até então, datado de 1891. Como o exemplar do final do século XIX, o novo Código trazia penalidades e multas para os cidadãos que descumprisem as suas determinações (PONTA GROSSA, 1915).

Tomando o Código em linhas gerais, é possível visualizar certa relação entre elementos que buscavam a diferenciação do espaço urbano do rural com o intuito de implantar na cidade elementos que mostravam como estava organizada e bem administrada. Entre outras proibições, o Código considerava que não poderia haver tráfego de determinados animais no perímetro urbano, assim como não permitia que os habitantes da cidade criassem porcos e galinhas em seus quintais ou amarrassem mulas ou cavalos na frente das casas.

Em relação às construções e edificações, o Código de Posturas de 1914 dava continuidade à lei que constava no Código de 1891, sobre a necessidade de ter uma “carta de data” para se construir no perímetro urbano. Este documento garantia ao indivíduo a posse do terreno e deveria ser solicitado junto à prefeitura. Se o terreno não tivesse ainda sido concedido a outra pessoa e nem fosse destinado a alguma obra pública, era conferida então a carta de data para que o

proprietário pudesse utilizar o espaço para os fins desejados.

Uma das inovações do Código de 1914 foi em relação à obrigatoriedade de se protocolar na prefeitura um requerimento quando se desejasse construir casas e prédios na cidade. Neste requerimento deveria constar a rua, a natureza e a destinação da construção, além de uma cópia da planta com o projeto da edificação, para que o engenheiro responsável analisasse e aprovasse se o projeto estivesse de acordo com as leis vigentes. Quando necessário, o engenheiro da prefeitura responsável em aprovar as plantas anotava as correções para projetos que descumpriam determinado quesito.

Neste aspecto, não é possível deixar de perceber uma relativa busca por diferenciação social: os cidadãos que desejasse construir se viam na obrigação de pagar um construtor que desenhasse a planta, ir até a prefeitura, seguir as determinações de colocar telhado de zinco, entre inúmeras outras obrigações para que a obra estivesse de acordo com a legislação. Ou seja, as pessoas que não tivessem condições financeiras para arcarem com todas estas exigências acabavam tendo que encontrar outros meios para construir sua residência: no espaço rural, ou sem aval da prefeitura correndo risco de receber multas etc.

Esta abordagem não pretende conceder ao Código de Posturas o status de responsável, motivador, intercessor ou principal meio pelo qual se efetivava a busca pela diferenciação entre os setores econômicos na população pontagrossense das primeiras décadas do século XX. Afirmar estas questões resolutamente seria desconsiderar uma infinidade de questões que fazem parte da produção de documentos camarários que não podem ser abrangidas em sua totalidade. Antes disso, considerar que estas possibilidades sejam plausíveis já pode ser analisado como um avanço na pesquisa histórica, pois leva

em conta fatores que por vezes ficam interditos nas entrelinhas, não sendo explicitados nos diferentes documentos analisados.

Objetivos

O principal objetivo deste estudo é analisar como os fatores que levaram à mudança no modo da população ponta-grossense perceber e se apropriar dos espaços público e privado pode ser perceptível na alteração da entrada das casas, expressado pelas plantas. Considerando o processo de constituição do Código de Posturas pela Câmara Municipal de vereadores, também se pretende analisar as atas da Câmara, onde estão presentes as discussões sobre as diretrizes que posteriormente estariam no Código.

Não se pretende realizar um levantamento minucioso de exemplos arquitetônicos para categorizar “modismos”. Antes disso, deseja-se realizar uma análise dos fatores que levaram à mudança na entrada da maioria absoluta das plantas de residências às quais tivemos acesso, considerando, entre outras possibilidades, as mudanças geradas pelas “ondas de modernidade”, que causaram inúmeras reformas urbanas em cidades de todo o Brasil. No início do século XX, no contexto de busca pela modernização da cidade, as características que pudesse remeter à vida rural estavam sendo gradualmente expulsas do espaço urbano, como se pode perceber com a proibição de criar certos animais nos quintais de casas dentro da cidade, presente no Código de Posturas de 1914. Além deste exemplo há uma série de elementos que serão estudados por este viés de aversão ao que pudesse ser relacionado à ruralidade.

Além disso, serão analisados exemplares do Jornal Diário dos Campos de 1915 a 1925, para saber se a população ponta-grossense estava se manifestando em relação às novas

disposições do Código de Posturas de 1914, que previa a obrigatoriedade de protocolar uma cópia da planta da residência na Prefeitura antes da construção.

Metodologia

As principais fontes para esta pesquisa são as 289 plantas arquitetônicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa entre 1915 e 1925, que estão disponíveis para pesquisa na Casa da Memória Paraná em Ponta Grossa. É perceptível neste conjunto documental a mudança da entrada principal das residências: a porta, que antes dava acesso direto à rua, começa a apresentar uma área ou varanda separando o espaço interno da casa do ambiente externo, ou então uma entrada lateral, que não mais permitia contato direto da rua com o interior do imóvel.

Os projetos arquitetônicos que serão analisados foram elaborados com a finalidade de serem submetidos ao crivo do poder municipal, sem finalidades posteriores. Ou seja, no momento de sua criação não havia intenção de que estes documentos se tornassem testemunhos de sua época, o que, na concepção de Marc Bloch (2001, p. 79), é caracterizado como testemunhos involuntários. Neste sentido, é possível considerar este conjunto documental como um dos inúmeros vestígios materiais que a sociedade da época criou no seu cotidiano.

Considerando as tendências de estudo das cidades dentro do grande campo do cotidiano, Maria Izilda Santos de Matos (2002, p. 22) apresenta uma proposta associando a cidade a um documento propriamente dito, que pode ser lido e decifrado. Assim, é possível compreender a cidade historicamente como um processo contínuo de construção e reconstrução, deixando impressos nos edifícios, no traçado das ruas, nos espaços ocupados ou deixados vazios as características do período em que foram idealizados.

É possível considerar uma série de enfoques diferentes para o estudo das cidades, como os usos que foram dados às construções para entender a ausência ou a presença de uma lógica urbana. Isto porque inicialmente toda construção é projetada para uma determinada função, porém, o proveito que se faz dela é que vai definir sua utilidade social, ou seja, a experiência dos indivíduos que se utilizarem da construção validará seu papel.

E. P. Thompson (1981, p. 194) considera a experiência como produto do exercício da vida em sociedade, recusando o pressuposto que defende a ideologia como preponderante e totalitária na ação do sujeito. Os valores são apreendidos na vida material e nas relações que se desenvolvem no cotidiano, através de normas, leis, regras, expectativas etc., sendo vivenciados de formas diferentes por cada sujeito. Assim, as experiências cotidianas se tornam diferentes para cada sujeito que as vive e transmite para a sociedade. Estes fatores devem ser considerados para a análise de ações vindas do cotidiano, pois têm potencial para aguçar o entendimento dos fenômenos que se delineiam neste panorama.

Em relação às formas de se utilizar os espaços urbanos, Sandra Jatahy Pesavento (1996, p. 9) considera que foi durante a expansão do capitalismo e da lógica burguesa que a rua deixou de ser apenas um espaço entre as casas para transformar-se em um espaço público, oposto ao privado do interior das residências.

É imprescindível citar que Roberto Da-Matta (1997, p. 15) considera “casa” e “rua” como categorias sociológicas para os brasileiros, pois designam mais que simplesmente espaços geográficos. Estes conceitos se referem a domínios morais e culturais capazes de despertar emoções, reações, leis etc. E, como categorias sociológicas, possuem características específicas de seu desenvolvimento como conceito de estudo que não pode ser desconsiderado. A ideia de “casa”

teve na historiografia brasileira mais atenção dos estudiosos do que “rua”, mesmo que definindo o local físico onde se desenrolavam os acontecimentos e não o objeto principal de estudo. Além disso, estes conceitos são considerados opostos e complementares, dando significação um ao outro quando comparados ao tipo de atividade que se desenvolvia em um e outro local. Ou seja: a casa era domínio do privado, do íntimo, e a rua, local de passagem pública de pessoas onde inúmeros perigos estavam latentes.

Estas concepções ajudarão a embasar a presente pesquisa. As sutis diferenciações que os indivíduos faziam entre o público (rua) e o privado (casa) abrem um vastíssimo leque de possibilidades de estudo, pois podem ser abordadas a partir de inúmeros posicionamentos que levem em conta as diferentes formas de se perceber os fenômenos cotidianos.

REFERÊNCIAS:

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Boletim da Casa Romário Martins. *Factos da actualidade: charges e caricaturas de Curitiba, 1900 – 1950*. Por Aparecida Vaz da Silva Bahls; Mariane Cristina Buso. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n. 142, maio 2009.

CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

PETUBA, Rosangela Maria Silva. *Na trama dos trilhos: Cidade, Ferrovia e Trabalho – Ponta Grossa (1955 – 1997)*. Florianópolis, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1996.

PONTA GROSSA. *Novo Código de Posturas Municipais: Regulamento de Pesos e Medidas, categoria dos negociantes*. Ponta Grossa: Officinas da Livraria Modelo, 1915.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil. v. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.